

## País feito de homens e livros

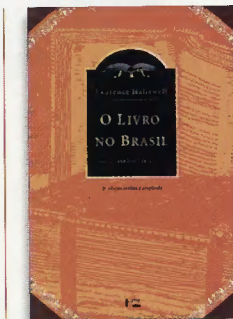
Estudo clássico sobre impressão no Brasil é relançado

CARLOS HAAG

A história do livro no Brasil começa como uma curiosa piada de português. Antes da chegada da família real ao Brasil, em 1808, o zelo pombalino impediu a criação de uma indústria editorial na colônia, preocupado com as “más influências” da leitura para a metrópole. Um par de meses após desembarcar, d. João VI assinou uma carta régia autorizando a impressão em terras brasileiras. O documento foi confeccionado no Rio de Janeiro e, ironia, a arte de imprimir no Brasil começou com o uso de prensas com tipos móveis, importados por Lisboa da Inglaterra. As máquinas, que os governantes portugueses tanto se empenharam para não deixar chegar ao Brasil, acabaram por aqui, sem nunca terem sido usadas em Portugal, envolto, desde 1807, em turbulências políticas que culminaram com a fuga do monarca luso para cá.

Essa é uma das muitas curiosidades deliciosas contadas em *O livro no Brasil*, do inglês Laurence Hallewell, um clássico de 816 páginas, originalmente uma tese de doutorado escrita em 1970, editada em inglês em 1982 e, no Brasil, em 1985. Ele ressurge agora numa edição revista e ampliada pelo autor, que incluiu novos capítulos: um prefácio sobre a Europa na época do Descobrimento, um prólogo sobre a invenção da tipografia, uma atualização sobre o estado do mercado na Nova República, bem como novos tópicos sobre livros infantis e para cegos. O estudo de Hallewell e a caprichada prensaagem da Edusp mereciam capítulo à parte no livro, tamanha a importância da obra.

A história contada pelo inglês revela as tentativas iluminadas dos holandeses de permitir a impressão no Recife em 1640, muito antes da primeira prova definitiva da existência de uma prensa ilegal em território brasileiro, no século 18, fechada tão logo Lisboa soube de sua existência. Assim, a história da impressão inicia-se,



**O livro no Brasil:  
sua história**

Laurence Hallewell

Edusp  
816 páginas  
R\$ 220,00

em verdade, só mesmo a partir do século 19, tendo a Imprensa Régia, órgão ligado à Corte, o monopólio da edição. Assim, às vésperas da Independência, enquanto em Paris existiam 480 livrarias e 850 tipografias, o Brasil tinha que se “contentar” com sete estabelecimentos.

Hallewell narra a trajetória primorosa da Casa Garraux, de Plancher, de Paula Brito (admirado por Machado de Assis como o nosso primeiro editor), da Garnier e, mais tarde, da José Olympio, que, além de casa editora, era ponto de encontro de intelectuais e artistas modernistas. O grande personagem de *O livro no Brasil*, porém, é Monteiro Lobato, pela sua teimosia em levar adiante o credo de que “um país se fazia com homens e livros”. Lobato foi o primeiro a perceber o gargalo da distribuição, que permanece até hoje, num país que, nos anos 1940 e 50, só possuía 30 livrarias em todo o seu território. Passou a vender seus livros em padarias, farmácias etc. Mas não em açougues, por medo de “manchar os livros com sangue”. Além disso, revolucionou o mercado ao lançar novos autores, pagar direitos autorais dignos, melhorar a aparência interna e externa dos livros, entre outras renovações. Depois de Lobato, a grande novidade apareceria no Sul, com a Editora Globo, responsável pela divulgação da obra de Erico Verissimo, também o editor da empresa, o primeiro a assumir o cargo sem ser o dono. Mas os grandes elogios de Hallewell ficam para José Olympio, que, segundo ele, foi o responsável pelos anos dourados da tradução no país.

No fim de sua obra, o autor se dá ao luxo de deixar de lado a *persona* do historiador para refletir sobre a realidade do livro em nosso país, afirmando que “há indícios de que a cultura brasileira não estimula o hábito da leitura”, até mesmo porque o país “continua a ser uma sociedade essencialmente oral”. Tomara esses obstáculos não tirem leitores de um estudo essencial e saboroso.